



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GRÊMIO ESTUDANTIL: IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE  
GESTÃO PARTICIPATIVA EM ESCOLA DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

**ERIVELTON GIOVANI RAMOS**

**BELO HORIZONTE  
2015**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG)  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO (FAE)  
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR**

**GRÊMIO ESTUDANTIL: IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE  
GESTÃO PARTICIPATIVA EM ESCOLA DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

Trabalho apresentado como requisito necessário para a conclusão do Curso de Pós Graduação em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), sob orientação da Professora Ana Paula da Silva Rodrigues, do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE  
2015**

# **FOLHA DE APROVAÇÃO**

Erivelton Giovani Ramos

## **GRÊMIO ESTUDANTIL: IMPLEMENTAÇÃO DE UM MODELO DE GESTÃO PARTICIPATIVA EM ESCOLA DE NÍVEL FUNDAMENTAL**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado em de dois mil e quinze, como requisito necessário para a obtenção do título de Especialista em Gestão Escolar, aprovado pela Banca Examinadora, constituída pelos seguintes educadores:

---

Prof.<sup>a</sup> Joyce Rodrigues Silva Gonçalves – Avaliador

---

Prof.<sup>a</sup> Ana da Silva Paula Rodrigues – Orientadora

---

Prof. Erivelton Giovani Ramos – Cursista

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho aos meus pais Gabriel e Ana Luiza, que sempre dedicaram toda sua vida à educação dos filhos; à minha esposa Ana Maria, que sempre está ao meu lado dando forças para que eu continue; à minha filha Maria Luiza, que consegue me fazer sorrir e sentir-me agraciado por Deus; às minhas irmãs Elis e Edicelma e aos meus sobrinhos Denner, Estella e Estéphanie, que me dão muito orgulho; aos meus colegas de trabalho, que lutam por uma educação mais justa e democrática e a todos os amigos que torcem por mim.

## RESUMO

Este trabalho busca subsídios teóricos e práticos para uma melhor organização do Grêmio Estudantil da E. E. José Bonifácio, Poço Fundo, MG. A pesquisa toma como parâmetro bibliografias referentes à construção de uma Gestão Democrática, o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e também na experiência da reformulação do Grêmio Estudantil ocorrido no último bimestre do ano letivo de 2014. O resultado da pesquisa demonstrou que o processo de criação do grêmio estudantil na escola, desde a campanha até a eleição, foi feita de forma apressada, contribuindo para o esvaziamento do propósito inicial que era ampliar a participação estudantil e reforçar valores como cidadania, emponderamento e democracia. Faltaram diálogos e preparo dos estudantes, bem como o apoio necessário por parte de equipe gestora e educadores para aprimorar tais conhecimentos. Esta pesquisa também concluiu que o meio mais rápido e eficaz de enfrentar este problema é iniciar o novo ano, reunindo os estudantes eleitos para representar a diretoria gremista e discutir com eles um planejamento que os qualifique melhor para empenhar tão importante papel na sua escola. Será necessário dotá-los de informações e requisitos para construir um grupo que seja capaz de mudar a realidade da escola. Por fim foram sugeridas práticas democráticas necessárias e sugestões de atividades, tomando sempre a precaução de não “ferir” a autonomia do Grêmio Estudantil.

**Palavras chave:** Gestão Democrática, Grêmio Estudantil, Educação, Escola.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	06
1. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E GRÊMIO ESTUDANTIL .....	07
2. OS DESAFIOS NA IMPLEMENTAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA E. E. JOSÉ BONIFÁCIO .....	08
3. COMO PREPARAR OS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O GRÊMIO? .....	09
4. AS POSSIBILIDADES DE AÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL .....	11
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	15
REFERÊNCIAS .....	16
ANEXO (Projeto Político Pedagógico) .....	17

## INTRODUÇÃO

A participação na escola contribui para a melhoria significativa da qualidade educacional, para a ampliação dos direitos e para promoção de uma gestão democrática. Hoje é corrente a ideia de que uma escola que se distancia da realidade dos estudantes e demais membros da comunidade escolar acaba por não fazer sentido aos seus frequentadores.

Partindo do princípio da gestão democrática, este trabalho busca soluções para os principais entraves de se implementar o grêmio estudantil na E. E. José Bonifácio. Apesar de o Grêmio Estudantil ter sido eleito desde o último bimestre letivo de 2014, foi feito de maneira apressada, contribuindo para o aparecimento de lacunas que hoje são objetos de pesquisa deste artigo. O Projeto Político Pedagógico deixa claro o “posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação e de emancipação do aluno” (PPP-2014).

Após identificar os problemas, este estudo pesquisou bibliografias que auxiliaram na construção de propostas para a reorganização do grêmio estudantil, criando possibilidade para que este se torne uma instituição participativa e que possa colocar os estudantes no mesmo patamar decisório dos outros personagens da educação, ou seja, que os estudantes possam planejar, discutir ideias, propor soluções para os problemas da escola e participar ativamente da transformação social da comunidade.

O trabalho também aborda a importância da participação do gestor e de sua equipe de professores na preparação intelectual e político-pedagógica dos estudantes, para assumirem a frente da diretoria gremista. Eles devem estar cientes de que, exercendo tal função, serão cobrados por seus colegas em relação ao cumprimento das principais aspirações estudantis na escola. Eles terão que saber o que podem fazer, como fazer e quais os caminhos possíveis e legais para cumprir as demandas da escola e dos estudantes.

O trabalho finaliza propondo algumas dicas de ações que podem ser promovidas pelo Grêmio Estudantil, baseando-se nas propostas do PPP da escola e nos eventos do Calendário escolar de 2015.

## 1. GESTÃO ESCOLAR DEMOCRÁTICA E GRÊMIO ESTUDANTIL

A Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985, que dispõe sobre a organização de entidades representativas dos estudantes do 1º e 2º graus estabelece:

Art. 1º - Aos estudantes dos estabelecimentos de ensino de 1º e 2º graus fica assegurada a organização de estudantes como entidades autônomas representativas dos interesses dos estudantes secundaristas com finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais.

O Grêmio Estudantil é uma entidade autônoma representada pelos alunos e que complementa as diversas outras instituições constituídas na escola e “se constitui como um importante espaço de socialização para os jovens alunos, com ênfase na aprendizagem da vivência coletiva, no lidar com os conflitos e no exercício de escolhas” como destacam Martins e Dayrell (2013, p. 1). O Grêmio contribui para a democratização das formas de pensar dentro da escola, auxiliando na ampliação das oportunidades de decisão.

De acordo com o Caderno Grêmio em Forma (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2003, p.1), ele representa os diversos interesses dos estudantes na escola e cria condições para estes ampliarem sua cidadania através das ações promovidas por eles no ambiente escolar e até na própria comunidade em que vivem. Ele também destaca que “o Grêmio Estudantil é uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar da sociedade. Com o Grêmio, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões” (2003, p. 5).

Outras leis também reforçam a importância do movimento estudantil no Brasil, bem como a participação juvenil nas entidades escolares. A Lei nº 8.089 de 13 de julho de 1990, art. 53, inciso IV (...) garante o direito dos estudantes de se organizar e participar de entidades estudantis. Já pela Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional:

(...) estão garantidas a criação de pelo menos duas instituições, a Associação de Pais e Mestres e o Grêmio Estudantil, cabendo à Direção da Escola criar condições para que os alunos se organizem no Grêmio Estudantil. A lei determina ainda a participação de alunos no Conselho de Classe e Série.

O próprio ato de planejamento e criação do Grêmio estudantil dentro da escola já contribui para fortalecer os processos decisórios comuns e para garantir a

participação dos estudantes na discussão das práticas político/pedagógicas da escola. A partir do momento que os jovens são chamados a participar passam a se sentir mais próximos das realidades vivenciadas na instituição. O Grêmio além de democratizar a gestão da escola, pode contribuir decisivamente para a melhoria dos problemas enfrentados nas instituições de ensino básico, como: a indisciplina, a destruição do patrimônio público, o alto índice de evasão, a violência, entre outros.

## **2. OS DESAFIOS DA IMPLEMENTAÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL NA E. E. JOSÉ BONIFÁCIO**

Ao longo de sua história, a E. E. José Bonifácio não construiu uma tradição gremista, por um lado, pela maior parte de sua existência abrigar apenas o Ensino Básico do Anos Iniciais e, por outro, pela própria estrutura centralizadora instalada na escola durante as últimas gestões. Esse perfil passou a mudar a partir de 2012, com o início da atual gestão, a qual democratizou vários setores da escola ampliando o nível de participação da comunidade escolar. Desse modo, em 2014, surgiu a ideia de incentivar a formação de um Grêmio Estudantil. Mas, devido a alguns erros no planejamento, ao pouco tempo estabelecido entre o início do projeto e as eleições do grêmio e à não tradição gremista da escola, ocorreram diversas falhas durante o processo de eleição que hoje necessitam ser solucionadas.

Como falha inicial, podemos citar a falta de tempo hábil para as discussões com os estudantes sobre as principais características do processo de formação do grêmio estudantil e suas atribuições. Entre o surgimento do projeto e a eleição decorreu apenas um mês, prazo insuficiente para a preparação dos alunos envolvidos, dos candidatos e dos eleitores. Nesse período, ocorreu apenas uma palestra do vice-diretor para os alunos do ensino fundamental dos anos finais (6º ao 9º ano), tomando como referências básicas o “Caderno Grêmio em Forma” do Instituto Sou da Paz, 3ª edição, e o vídeo “Grêmio Estudantil, como e por quê?”.

Outra falha ocorrida foi que, apesar da liberdade concedida aos alunos para que formassem suas chapas para a eleição, eles não conseguiram planejar e formular seu projeto de ação para o biênio 2014/2015. Tanto que, ao findar das eleições, a chapa vencedora sequer sabia por onde começar suas ações. Entre a eleição ocorrida no início de novembro e o término do ano letivo, a diretoria do

grêmio não se reuniu uma única vez (exceto numa convocação feita pelo vice-diretor no início de dezembro a fim de ajudá-los a se organizarem para o ano de 2015).

O ano de 2015 será de muito trabalho para o Grêmio, já que os alunos terão pela frente o desafio de construir os requisitos básicos que os capacitem para convocar e liderar reuniões, propor e discutir soluções para os problemas enfrentados pela escola e, também, buscar caminhos para uma rica aprendizagem político-participativa.

### **3. COMO PREPARAR OS ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL PARA O GRÊMIO?**

Uma das primeiras dificuldades encontradas na E. E. José Bonifácio é que esta conta apenas com os primeiros nove anos do Ensino Fundamental, logo, a média de idade dos estudantes matriculados nos últimos anos do Ensino Fundamental não supera os 15 anos. Saber lidar com a pouca idade dos estudantes envolvidos no Grêmio da escola é um dos desafios a serem enfrentados. Cabe então à equipe gestora e aos educadores o auxílio nas principais dificuldades encontradas, dando liberdade de ação e participação dos estudantes e ao mesmo tempo os subsídios necessários para a preparação e acompanhamento das demandas do grêmio. Também cabe a equipe gestora interferir o mínimo possível nos processos de decisão do grêmio.

A pouca idade e a diferença no trato dado pelos estudantes para com as entidades convencionais é uma característica própria da adolescência. Os jovens tendem a ser mais “desorganizados” e a também mais flexíveis em relação a horários, documentação entre outras predeterminações. Para Martins e Dayrell (2013, p. 3), trata-se da “*Organização Desorganizada*”. Para eles,

(...) Quando se fala em grêmio, logo somos levados a pensar em reuniões marcadas por um calendário pré-estabelecido e com horário pré-determinado, com pauta para assuntos a serem discutidos, ata durante a reunião, sala própria para encontros, discussões e guarda dos documentos em locais apropriados, pré-requisitos básicos ao se tratar de uma entidade convencional que funciona na lógica do adulto.

O primeiro passo para a democratização da gestão escolar é a inclusão de meios para “dar voz” aos alunos, e isso deve partir do gestor. O gestor pode dar início à implementação de uma prática educativa libertadora, como afirma Wittmann (2000),

A prática educativa emancipatória, universal e de qualidade exige uma escola autônoma-cidadã, democraticamente gerida. Sua gestão, por exigências sócio históricas e histórico-educativas, deverá ampliar os espaços de participação efetiva, na perspectiva da autogestão. Isto implica a autonomia da escola e sua gestão democrática. Novas competências e aptidões cognitivo-atitudinais são necessárias, para que os educadores e, em especial os gestores cumpram sua função nesta nova realidade socioeducativa.

E Wittmann (2000) complementa,

(...) o gestor da escola defronta-se com novas demandas, oriundas da evolução da sociedade e da base material das relações sociais. Neste contexto, a educação e sua administração, como origem e destino da relação entre teoria e prática, engendram novas bases teóricas e (re)constróem práticas. Esta renovação teórico-prática da administração educacional enseja demandas para o gestor, tanto para sua atuação quanto para sua formação.

Os educadores, como agentes com contato direto com os alunos no dia a dia, também têm muito para contribuir com a formação cidadã e a ampliação das práticas democráticas que envolvam os estudantes nas decisões da escola. Para Martins (2010, p. 3), “o pedagogo exercerá sua função política e social na implementação da Gestão Democrática tendo como base a organização do Grêmio Estudantil como espaço pedagógico de formação e exercício de cidadania”. De acordo com sua ideia, as instâncias colegiadas são locais de exercício da cidadania e podem contribuir muito para as melhorias na escola.

Consolidando as ações dos gestores e educadores, outras importantes ações podem ser implementadas pelos estudantes e equipes formadas para apoiar a formação do grêmio, observando as dicas do Caderno Grêmio em Forma (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2003, p.15):

- Saber negociar com a direção da escola, mostrando sempre a importância e a necessidade daquilo que se pretende organizar.
- Buscar o envolvimento dos professores nos projetos, pois eles podem contribuir de formas muito diversificadas e ricas nas ações do Grêmio.
- Investir na comunicação do Grêmio: divulgar sempre e de diversas formas (por exemplo: por cartazes, rádio ou reuniões) as ações que o Grêmio realizou, está realizando e realizará.
- Ouvir as sugestões que os alunos trazem. Afinal, não podemos esquecer que o Grêmio existe para representá-los. Mas vale a recomendação: quando uma sugestão não é viável, é muito importante comunicar os alunos sobre a inviabilidade da ideia, afinal eles têm o direito de saber o porquê.
- Fazer parcerias com instituições (sociais, esportivas, etc.) e estabelecimentos comerciais da região: envolvê-los em gincanas, campanhas, ações sociais, culturais e políticas da comunidade. Uma dica importante: não esqueça nunca de divulgar o nome dos parceiros que

colaboram com o projeto, é uma medida justa e estratégica para futuros apoios.

- Nunca esquecer: sem trabalho em equipe não existe Grêmios! E sem Grêmios os alunos não podem explorar todas as suas ideias para mudar a escola.

A tarefa de preparação do Grêmios é um desafio de dupla ordem. Por um lado, você tem pela frente estudantes adolescentes que necessitam de apoio intelectual e formativo, de outro, seria prejudicial uma intervenção ilimitada já que corre-se o risco de retirar dos alunos a autonomia de que tem direito. Temos que entender também que “o jovem não se educa apenas na escola” mas também nos “mais variados espaços de convívio social e destes convívios trás outras experiências que na escola são cerceadas ou inexistentes” como abordam Martins e Dayrell (2013, p. 5).

#### **4. AS POSSIBILIDADES DE AÇÃO DO GRÊMIO ESTUDANTIL**

Depois de implementada e consolidada a organização do Grêmios Estudantil, contando com a participação dos educadores e da equipe gestora da E. E. José Bonifácio é importante deixar opções de ações práticas para o novo grêmios estudantil da escola, pois agora este passará a representar todos os anseios dos estudantes da instituição, como destaca o Caderno Grêmios em Forma – 3ª edição (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2003, p. 1)

O Grêmios é a organização que representa os interesses dos estudantes na escola. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmios é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

O Grêmios Estudantil é uma das primeiras oportunidades que os jovens têm de participar da sociedade. Com o Grêmios, os alunos têm voz na administração da escola, apresentando suas ideias e opiniões (Caderno Grêmios em Forma, p. 5). É necessário que a participação seja estimulada e apoiada por todos os demais segmentos representativos da escola, pois oportunizará a participação ativa e solidária em toda a comunidade atendida pela escola.

Antes que se estabeleça o início das ações faz-se necessário que a diretoria do Grêmios se reúna com os outros estudantes da escola e estabeleçam conjuntamente quais serão as prioridades para a escola. Depois de feito esse

levantamento, deve-se organizar as necessidades mais votadas e, mais uma vez em conjunto, buscar as possibilidades de realizá-las.

Como suporte para o início dessas discussões (e sem a intenção de diminuir o caráter autônomo do grêmio), destacam-se algumas sugestões de possibilidades de atuação do grêmio para o ano letivo de 2015, utilizando como parâmetro o Caderno Grêmio em Forma (INSTITUTO SOU DA PAZ, 2003, 3. ed., p. 27), o Projeto Político Pedagógico da escola (PPP) e o Calendário Escolar.

### **PROJETOS CULTURAIS:**

- Visitas a cinemas, museus e cidades históricas;
- Oficinas de teatro;
- Fortalecimento da Banda Marcial José Bonifácio, realizando intercâmbios com outras escolas e prefeituras para futuras apresentações;
- Continuidade dos projetos “Bordado e Tricô” e “Pintura em Tecido” da escola através de novas parcerias com o IFSULDEMINAS-Campus Machado;
- Projeto Carnaval 2015 na escola;
- Aniversário da cidade de Poço Fundo – 2 de abril de 2015;
- Educação Ambiental – início em abril de 2015;
- Dia da Família na Escola – 25 de abril de 2015;
- Festa Junina da José Bonifácio – 5 de junho 2015;
- Educação Fiscal – mês de agosto;
- Semana do Professor e Dia das Crianças – 13 a 16 de outubro;
- Mostra Cultural, Sarau e Dia da Consciência Negra – 20 de novembro de 2015;
- Programa Saúde na Escola – todo ano letivo e culminância em 5 de dezembro de 2015;
- Formaturas – 10 e 11 de dezembro de 2015.

### **ESPORTE**

- Campeonatos de futsal, vôlei, badminton e handebol;

- Realização do II Campeonato Sul Mineiro de Judô, com parceria da equipe do “Judô Educativo Projeto Tempo Integral José Bonifácio”;
- Buscar alternativas para empréstimo da quadra da escola para uso da comunidade escolar nos finais de semana e períodos noturnos;
- Fortalecimento das equipes de futsal, xadrez, judô, badminton e vôlei para os Jogos Escolares de Minas Gerais (JEMG) de 2015.

## **POLÍTICA**

- Palestras com diversos representantes da sociedade, entre eles, representantes do executivo, judiciário e legislativo afim de que toda a comunidade escolar possa conhecer um pouco do trabalho de cada um dos poderes;
- Palestras com setores empresariais, cooperativistas e associativos;
- Avaliação dos gestores, professores, alunos e demais funcionários da escola;
- Garantir o voto dos estudantes nos Conselhos Escolares;
- Participar ativamente do Projeto “ForPaz”, desenvolvido pela Secretaria de Estado da Educação (SEE).
- Firmar parcerias com outros grêmios estudantis, empresários e governos;
- Participar das reuniões da Câmara Municipal de Poço Fundo.

## **SOCIAL**

- Campanha da Reciclagem;
- Campanhas de Prevenção à gravidez, ao uso de álcool e demais drogas em parceria com os estudantes membros do PEAS (Programa de Educação Afetivo-Sexual da SEE-MG);
- Campanha para a preservação do patrimônio da escola;
- Formar grupos de discussão dos mais variados temas (preconceito, drogas, homossexualidade, bullying, violência, etc.).

## **COMUNICAÇÃO:**

- Revitalização da Rádio José Bonifácio;

- Elaboração de matérias jornalísticas para a página da escola no Jornal de Poço Fundo;
- Possibilidade de criar um jornal da escola;
- Contribuir para as matérias da página da escola no Facebook;
- Ajudar na moderação do site da escola;
- Participação nas reuniões dos representantes de classe;
- Participação no Conselho Escolar.

Por fim deve ser destacado que o auxílio para a reorganização do Grêmio Estudantil na E. E. José Bonifácio deve ser pautado por certo cuidado, evitando que a necessidade de ajudar possa acabar por transformar a instituição estudantil num mero “celeiro de voluntariado”. O objetivo final é, sim, proporcionar a promoção juvenil, revelando estudantes formadores de opinião, que prezem pelo respeito das instituições democráticas e sejam protagonistas da transformação da sociedade em que vivem.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para consolidar a gestão democrática na escola faz-se necessário que todas as instituições colegiadas da escola estejam ativas e necessariamente participativas. No caso do Grêmio Estudantil, não pode ser diferente. Apesar das dificuldades encontradas na criação desta instituição gremista, por se tratar de uma escola que atende alunos apenas dos primeiros anos do ensino fundamental, portanto muito jovens, isso não pode servir de empecilho para “frear” a construção de um processo de educação cidadã, social e política que é iniciada por eles na escola.

Foi constatado que o processo de eleição e criação do Grêmio estudantil foi feita de forma apressada e conseqüentemente incapaz de conscientizar os alunos em tempo hábil até as eleições. Por isto faz-se necessário a busca de soluções “reparadoras”, com a finalidade de retomar a conscientização civil, participativa e democrática com os estudantes do grêmio. Deverão aprofundar seus estudos sobre a legislação vigente, as formas de atuação e da responsabilidade de cada estudante com sua escola e seus colegas.

Por fim concluiu-se sobre a necessidade de buscar indicar um “norte” para que estes alunos comecem suas atividades em prol da escola, e de maneira opinativa, proporcionar a eles algumas ideias de participação, tomando como base os anseios da comunidade estudantil, o Projeto Político Pedagógico da Escola (PPP) e também as datas pré-determinadas do Calendário de 2015 que foi acordado conjuntamente com membros da Secretaria Regional de Ensino, escolas municipais e estaduais de Poço Fundo.

Espera-se que o trabalho produzido possa servir de instrumento eficaz no auxílio da associação gremista da “José Bonifácio” e que este seja apenas o primeiro passo para a construção de uma nova etapa educacional na escola, pautada pela gestão democrática, respeito às liberdades individuais e propagação de cidadania.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei n. 7.398, de 4 de novembro de 1985. **Planalto**, Brasília: DF, 1985. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L7398.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm)>. Acesso em: 09 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

INSTITUTO SOU DA PAZ. Caderno Grêmio em Forma. **Escola Técnica Paulino Botelho – ETEPB**. 3. ed. São Paulo, 2003. Disponível em: <[http://www.etepb.com.br/caderno\\_gremio\\_estudantil.pdf](http://www.etepb.com.br/caderno_gremio_estudantil.pdf)>. Acesso em: 23 jan. 2015.

MARTINS, Francisco André Silva. DAYRELL, Juarez Tarcísio. Juventude e Participação, o grêmio estudantil como espaço educativo. Educação e Realidade – **Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS**. N. 4, p.1267-1282, out/dez 2013. Disponível em: <[http://www.ufrgs.br/edu\\_realidade](http://www.ufrgs.br/edu_realidade)>. Acesso em: 08 jan. 2015.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

WITTMAN, Lauro Carlos. Autonomia da Escola e Democratização de sua gestão: novas demandas para o gestor. **Ministério da Educação – MEC**. Biblioteca Geral do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2000. Disponível em: <[moodle3.mec.gov.br/ufmg](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg)>. Acesso em: 09 jan. 2015.

**ANEXO: Projeto Político Pedagógico**



**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

**ELENARA MAC INTYER BALDIM RIBEIRO**

**ERIVELTON GIOVANI RAMOS**

**FABIO BRAZIER**

**LILIANE CARVALHO PEREIRA**

**ROSANA MARA GONÇALVES**

**BELO HORIZONTE, 2014**

**UFMG – UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**

**PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA  
E. E JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO - MG**

Projeto Político Pedagógico apresentado como requisito necessário para conclusão das atividades desenvolvidas na Sala Ambiente Projeto Vivencial sob orientação da Professora Lisa Paula Andrade Vilela de Oliveira do Curso de Especialização em Gestão Escolar da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

**BELO HORIZONTE, 2014**

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO.....</b>	<b>3</b>
<b>2. FINALIDADES DA ESCOLA.....</b>	<b>5</b>
<b>3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....</b>	<b>7</b>
<b>4. CURRÍCULO E TEMPO ESCOLAR.....</b>	<b>10</b>
<b>5. PROCESSOS DE DECISÃO.....</b>	<b>20</b>
<b>6. RELAÇÕES DE TRABALHO.....</b>	<b>22</b>
<b>7. AVALIAÇÃO.....</b>	<b>25</b>
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>31</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>33</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>35</b>

## 1- INTRODUÇÃO

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende atualmente o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano e oferece o Projeto Educação em Tempo Integral, funcionando nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados e 28 turmas. Em 2013, foi selecionada como Escola Destaque Regional pela Superintendência Regional de Ensino de Varginha.

Historicamente, o Grupo Escolar José Bonifácio, foi criado pelo decreto Nº 5.046 de 31 de julho de 1918, publicado no Minas Gerais de 01 de agosto de 1918 e Lei Nº 1.039 de 12 de dezembro de 1953, foi instalado em 01 de fevereiro de 1928, funcionando em prédio do Estado. A denominação da escola foi alterada com a Resolução Nº 810/74, passando de “Grupo Escolar José Bonifácio”, para “Escola Estadual José Bonifácio”. Com a Resolução Nº 9581/98, de 30/12/98, pág. 2, col.1, do Minas Gerais foi autorizada a extensão de séries e o funcionamento de 5ª a 8ª série do Ensino Fundamental a partir de 1999.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, uma vez que foi construído coletivamente pela comunidade escolar a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. Evidencia o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, a efetivação de práticas inclusivas, do trabalho coletivo e construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação.

A missão e visão da escola expostas no PPP respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação e de emancipação do aluno.

Os princípios, as formas de organização e o currículo da escola que constam do PPP são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais e afins, sempre de encontro aos anseios da comunidade.

A escola dispõe de serviços e espaços pedagógicos complementares, dentre os quais a biblioteca, laboratório de ciências, laboratório de informática, sala ecológica, sala ambiental, sala de recursos e sala multimeios, que aliados aos projetos interdisciplinares e ações sociais, culturais, políticas e esportivas,

enriquecem e dinamizam a prática pedagógica, motivam os alunos e ampliam a participação da família.

“O projeto da Escola depende, sobretudo, da ousadia de seus agentes, da ousadia de cada escola em assumir-se como tal, partindo da “cara” que tem, com o seu cotidiano e seu tempo-espaço, isto é, contexto histórico em que ela se insere” (GADOTTI, 1998, p.18).

Assim, o PPP da E. E. José Bonifácio traduz os objetivos, intenções, ideais e aspirações da comunidade escolar e busca concretizar uma gestão democrática e participativa, articula-se aos diversos projetos da sala de aula, aos espaços e tecnologias disponíveis, agregando alunos, professores, servidores, gestores, pais e comunidade, representa o contexto escolar, sua utopia e ousadia.

## 2- FINALIDADES DA ESCOLA

A educação configura-se como um direito inalienável do ser humano e um direito público subjetivo de cada um e como dever do Estado e da família na sua oferta a todos. Ao proporcionar o desenvolvimento do potencial humano, permite o exercício dos direitos civis, políticos, sociais e do direito à diferença, sendo também considerada como um direito social, e possibilita a formação cidadã e o usufruto dos bens sociais e culturais, conforme preconiza a Resolução CNE/CEB nº 7 de 14 de dezembro de 2010.

A Escola Estadual José Bonifácio, situada no centro do município de Poço Fundo/MG, atende o Ensino Fundamental – 1º ao 9º ano nos turnos matutino e vespertino, totalizando 678 alunos matriculados perfazendo 28 turmas e oferecendo o Projeto Educação em Tempo Integral.

O Projeto Político Pedagógico explicita a identidade da escola, a partir da reflexão e discussão dos problemas, necessidades e expectativas dos segmentos da escola. A missão e visão da escola respaldam a qualidade do ensino e a garantia de acesso e permanência do aluno, deixando claro o posicionamento da escola enquanto viabilizadora do direito à educação, enquanto “direito social, direito de cidadania e direito do indivíduo” (Cury, 2005, p. 17).

Consonante à visão de “ser uma escola de referência pela qualidade do ensino ministrado, buscando reduzir o abandono e a repetência, elevando o nível de aprendizagem dos alunos, valorizando e capacitando os profissionais que nela atuam”, a escola tem a missão de “assegurar um ensino de qualidade, garantindo o acesso e a permanência do aluno na escola, formando cidadãos críticos, capazes de transformar a realidade”.

Assim, o aluno, sujeito do processo educativo, é o foco e a finalidade maior da escola, e esta enquanto disseminadora de conhecimentos historicamente acumulados e produzidos deve assegurar a apropriação, construção e reconstrução dos saberes pelo aluno, sua formação geral e para o exercício da cidadania, além da preparação tecnológica e para o mercado de trabalho, intervindo criticamente e solidariamente no meio em que vive.

A E.E. José Bonifácio apresenta como escopo promover uma educação inovadora através de práticas pedagógicas que permitam a reflexão-ação-reflexão que oportunizem a aprendizagem significativa formando cidadãos criativos, críticos,

éticos, participativos e solidários, que aprendam a aprender, aprendam a ser e a conviver em sociedade.

Os princípios, a organização e o currículo da escola são norteados pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), legislação vigente, rege-se pela legislação do Estado de Minas Gerais, uma vez que está subordinada a esta esfera, considerando também a realidade local e os anseios da comunidade. A Escola Estadual José Bonifácio assume como próprios os princípios e fins da Educação Nacional, estabelecidos no art. 2º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº. 9394/96: #

“A Educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

É evidente o empenho da equipe no fortalecimento da relação família/escola, na efetivação de práticas inclusivas e na construção de uma escola pública pautada nos pilares da educação e na efetivação do direito do aluno de aprender, se desenvolver plenamente e ter uma educação de qualidade para o exercício da cidadania e sua emancipação.

Em suma, a construção do Projeto Político Pedagógico traduz os interesses e anseios da comunidade escolar da E.E. José Bonifácio, que busca assegurar e concretizar uma educação de qualidade para todos e uma gestão democrática e participativa integrando escola e comunidade, ressignificando e intervindo no contexto em que está inserida e fazendo a diferença na vida dos alunos, ancorados por sua utopia e ousadia.

### **3- ESTRUTURA ORGANIZACIONAL: ADMINISTRATIVA E PEDAGÓGICA**

A estrutura organizacional e o processo de gestão constituem o conjunto de condições, normas, diretrizes e medidas necessárias para assegurar o bom funcionamento da escola, de modo a alcançar as finalidades e objetivos educacionais esperados. Segundo Libâneo (2012, p. 472), a organização geral do trabalho “refere-se à racionalização do uso de recursos humanos, materiais, físicos, financeiros e informacionais e à eficácia na utilização desses recursos e meios de trabalho”.

“É importante compreender que por detrás do estilo e das práticas de organização e gestão, está uma cultura organizacional, ou seja, há uma dimensão cultural que caracteriza cada escola, para além das prescrições administrativas e das rotinas burocráticas” (LIBÂNEO, 2001, p. 22).

A Escola Estadual José Bonifácio está acordada à legislação vigente no que diz respeito à organização curricular. Apresenta uma base comum e uma parte diversificada, atendendo, dessa forma, às exigências da comunidade escolar local. No tocante a parte administrativa, além dos recursos governamentais a escola conta com recursos diretamente arrecadados, provenientes da iniciativa da comunidade escolar e dos servidores da escola, com destaque para a Festa Junina que este ano de 2014 arrecadou cerca de R\$ 8.000,00 e que futuramente será discutida com o Colegiado, servidores e membros da comunidade escolar a melhor forma de investir estes recursos na escola. Outros recursos para projetos e viagens (equipe de judô, Banda Marcial) são arrecadados com o empresariado local e “Amigos da Escola”, a Prefeitura Municipal sempre fornece ônibus para transporte dos alunos para os projetos acima citados e para viagens pedagógicas de curta distância (até 100 km).

O quadro de pessoal da escola é composto pela equipe gestora, formada pela diretora e vice-diretor, 1 secretária, 6 assistentes técnicos, 11 auxiliares de serviços gerais, 3 especialistas, 2 professores para o ensino do uso da biblioteca, 6 professores eventuais, 1 professor da sala de recursos, 1 professora eventual, 1 professor de música e 47 professores corpo docente do 1º ao 9º ano.

Para auxiliar o trabalho pedagógico, a escola dispõe de uma boa estrutura física, de materiais e equipamentos para os serviços de apoio pedagógico e atividades complementares: 1 biblioteca com acervo de milhares de livros, 1 laboratório de ciências completo (microscópio, lupa eletrônica, estufa, vidraria, reagentes, etc), 2 lunetas, 1 laboratório de informática, 1 sala ecológica, 1 sala ambiental, 1 horta orgânica, 2 lousas digitais, 3 data show, 1 retroprojetor, 3

notebooks, 1 Tablet, 5 televisores, 3 aparelhos de DVDs, acervo de filmes e documentários, 5 mini system, 1 som profissional para apresentações, jogos de xadrez, 1 sala de recursos com 3 computadores adaptados a alunos com deficiência, 1 sala de multimeios (judô, música, teatro), 1 parque infantil, 1 horta orgânica, 1 casa de bonecas, 1 rádio educativa, 2 quadras esportivas (sendo 1 oficial e coberta), material esportivo completo (Futsal, Judô, Vôlei, Handball, Badminton, etc.), 2 mesas de ping-pong, jogos para Recreio Monitorado, dezenas de instrumentos musicais para Banda Marcial, 5 violões, 1 tatame, 100 quimonos, acervo completo de mapas (históricos, geográficos e de ciências), 1 globo geográfico, material dourado completo, 1 modelo de esqueleto, modelos anatômicos do corpo humano, 1 aquário de peixes, entre outros que aliados aos projetos interdisciplinares, enriquecem e dinamizam o currículo e a prática pedagógica.

Enquanto escola estadual é mantida basicamente com recursos financeiros repassados pelo Governo do Estado de Minas Gerais/Secretaria de Estado de Educação, por meio de termos de compromisso à Caixa Escolar e recurso complementar do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE).

Conta com serviços pedagógicos, os quais são coordenados por pedagogos que exercem o papel de articuladores do trabalho pedagógico da Escola, coordenando e integrando o trabalho dos docentes, dos alunos e de seus familiares em torno de um eixo comum: o ensino-aprendizagem, pelo qual perpassam as questões do professor, do aluno e da família.

Para tanto, a escola oferta o Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), Tempo Integral, procurando, conforme o art. 22 da LDB (1996) "desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores". A escola é organizada em dois turnos matutino e vespertino e conta atualmente com 702 alunos matriculados, perfazendo um total de 27 turmas, sendo assim distribuídas:

1º ano: 48 alunos divididos em 2 turmas (uma com 23 e outra com 25 alunos), turno vespertino, 2 educadores e 1 professor de apoio.

2º ano: 37 alunos divididos em 2 turmas ( uma com 18 e outra com 19 alunos),turno vespertino, 2 educadores.

3º ano: 56 alunos divididos em 3 turmas (19, 17 e 20), turno vespertino, 3 educadores, 1 professor de apoio.

4º ano: 63 alunos divididos em 3 turmas (20,20 e 23), turnos vespertino e matutino, 1 educadores por turma, 1 professor de apoio.

5º ano: 60 alunos divididos em 3 turmas (24, 21 e 15), turno matutino, 3 educadores que se revezam nas turmas (Geografia/História, Língua Portuguesa e Matemática).

6º ano: 122 alunos divididos em 4 turmas ( 32 e 34, turno matutino e 22 e 23, turno vespertino) 8 educadores por turma e 2 professores de apoio.

7º ano: 115 alunos divididos em 4 turmas ( 32 e 34 alunos no turno matutino e 22 e 23 no turno vespertino), 8 educadores por turma e 1 professor de apoio.

8º ano: 98 alunos divididos em 3 turmas ( com 35, 30 e 33 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

9º ano: 82 alunos divididos em 3 turmas ( com 28, 19 e 35 alunos) no turno matutino e 8 educadores por turma.

Obs.: Os professores de apoio são para acompanhar os alunos com necessidades especiais.

Na parte pedagógica, ressalta-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o Facebook da Escola, a Banda Marcial, os "60 planos", feiras, exposições, palestras, festival de poesias, festa junina, campeonato de judô são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

São realizadas reuniões semanais com duração de 2 horas com todos os educadores onde são discutidas estratégias pedagógicas, projetos interdisciplinares, planos de ação imediata e pactuação de metas futuras.

#### 4 - CURRÍCULO

Durante muito tempo a ideia de currículo esteve apenas associada à ideia de conteúdos programáticos a serem desenvolvidos por uma instituição escolar a um determinado grupo de educandos, porém com as mudanças ocorridas na sociedade e a constante demanda cada vez maior por uma escola que forme para a vida, pode-se dizer que o currículo hoje deve ser concebido como uma ferramenta estruturadora de todo o processo escolar, devendo ser visto por todos os educadores, alunos e todos os envolvidos no processo escolar como uma “peça chave” do processo de ensino aprendizagem.

Para Sacrístan (2000; p.38),

O currículo não é um conceito, mas uma construção cultural. Isto é, não se trata de um conceito abstrato que tenha algum tipo de existência fora e previamente à experiência humana. É, antes, um modo de organizar uma série de práticas educativas.

Segundo Althusser (1983), historicamente o currículo pode ser visto como ferramenta tanto emancipatória como doutrinadora, dependendo da concepção de cada instituição escolar e de seu gestor, pode ainda ser uma ferramenta de perpetuação ideológica, bem como uma ferramenta emancipatória, cabendo à decisão a ser tomada pelos envolvidos no processo de construção de cada currículo.

Nesse sentido também diz Moreira (1998; p. 14) “A escola, por seus conteúdos, por suas formas e por seus sistemas de organização, introduz nos alunos de forma progressivamente, as ideias, os conhecimentos, as concepções, as disposições e os modos de conduta que a sociedade adulta requer.”

Diante disso, cabe à escola compreender o currículo através das sistematizações das experiências dos alunos, dos educadores e de toda a comunidade envolvida, de modo que se possa dar significado e sentido à tradição cultural existente, a reflexão do contexto social, pois esse mecanismo de aprendizagem distribui o conhecimento concreto, real e crítico, possibilitando que os envolvidos se tornam protagonistas do processo educacional.

Este é um aspecto específico da política educativa que estabelece a forma de selecionar, ordenar e mudar o currículo dentro do sistema educativo, tornado claro o poder e a

autonomia que diferentes agentes têm sobre ele, intervindo, dessa forma, na distribuição do conhecimento dentro do sistema escolar e iniciando na prática educativa, enquanto apresenta o currículo seus consumidores, ordenam seus conteúdos e códigos de diferentes tipos. (SACRISTAN, 2000; p 109).

Tendo esta concepção, o currículo da Escola Estadual José Bonifácio de Ensino Fundamental é composto por uma Base Nacional Comum, segundo a Lei 9394/96 e por uma Parte Diversificada contemplando conteúdos e estratégias que capacitem o ser humano para a realização de atividades nos domínios da ação humana.

Assim sendo, dentro da filosofia escolar, o processo ensino aprendizagem tem ênfase prioritária e assume compromisso de formação de seres humanos aliado à transformação da sociedade, respeitando a diversidade cultural presente na escola. Visa à construção de uma proposta pedagógica fundamentada em ações interdisciplinares que articulem o conhecimento científico e os saberes locais dos sujeitos, propondo uma aprendizagem significativa para todos.

Nesse contexto, os componentes curriculares integram-se, compondo uma política educacional interativa que prevê uma relação multidisciplinar na forma de parcerias com a comunidade. Especificamente Ética trabalha juntamente com História, analisando as causas e efeitos das ações humanas no tempo e no espaço. Já a Matemática, interage com a Língua Portuguesa, a Educação Física, Artes e Geografia propondo análise através do raciocínio lógico e abstrato, em relação ao cosmo individual e universal. E, como forma expressiva, formativa e cultural, a Redação, a Língua Estrangeira e a Literatura fecham o leque em termos complementativos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), os quadros curriculares da Escola José Bonifácio está organizado da seguinte forma:



**EE JOSÉ BONIFÁCIO**      **2014**

R PREF EDGAR FERREIRA, 124      3283-1200  
CENTRO      37757000

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS													
			CICLO DA ALFABETIZAÇÃO						CICLO COMPLEMENTAR				
			1º ANO		2º ANO		3º ANO		4º ANO		5º ANO		
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	
BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	7	280:00	7	280:00	8	320:00	5	200:00	5	200:00	
		ARTE	2	80:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	
		ED FÍSICA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00	
		GEOGRAFIA	1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00	
	ENSINO RELIGIOSO		1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	
	CIÊNCIAS DA NATUREZA		1	40:00	1	40:00	1	40:00	2	80:00	2	80:00	
	MATEMÁTICA		6	240:00	6	240:00	5	200:00	5	200:00	5	200:00	
	PARTE DIVERSIFICADA	JORNALISMO		0:00	0:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00	1	40:00
				0:00	0:00		0:00		0:00		0:00		0:00
		0:00	0:00		0:00		0:00		0:00		0:00		
		0:00	0:00		0:00		0:00		0:00		0:00		
<b>TOTAL:</b>			<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	<b>20</b>	<b>800:00</b>	

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	1:00

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

*Rita de Cássia S. da Costa*  
Diretora  
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

*Beatriz Andrade Costa Pereira*  
Inspetora Escolar  
MASP 299823-2

Aprovado pelo Colegiado  
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG  
Data 24/03/14  
*[Assinatura]*  
Assinatura

SRE - VARGINHA  
DATA: 24/03/14  
CIENTE: *[Assinatura]*



**EE JOSÉ BONIFÁCIO**      **2014**

R PREF EDGAR FERREIRA, 124      3283-1200  
CENTRO      37757000

ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS														
			CICLO DA CONSOLIDAÇÃO											
			6º ANO				7º ANO				8º ANO		9º ANO	
			AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.	AS	CH.A.		
BASE NACIONAL COMUM LEI 9394/96	LINGUAGENS	LÍNGUA PORTUGUESA	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00	6	200:00		
		ARTE		0:00		0:00	1	33:20		0:00		0:00		
		ED FÍSICA	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40	2	66:40		
	CIÊNCIAS HUMANAS	HISTÓRIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00		
		GEOGRAFIA	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00		
	ENSINO RELIGIOSO		1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20		
	CIÊNCIAS DA NATUREZA		3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00	3	100:00		
MATEMÁTICA		6	200:00	6	200:00	5	166:40	6	200:00	6	200:00			
PARTE DIVERSIFICADA	LINGUAGENS		1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20	1	33:20		
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00		
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00		
				0:00		0:00		0:00		0:00		0:00		
<b>TOTAL:</b>			<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>	<b>25</b>	<b>833:20</b>		

DIAS LETIVOS SEMANAIS	5
DIAS LETIVOS	200
Nº DE SEMANAS LETIVAS	40
DURAÇÃO MÓDULO AULA:	0:50

OBSERVAÇÕES:

MATRIZ CURRICULAR DE ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA NOS TERMOS DA LEI 9394/96 E RESOLUÇÃO CNE/CEB 07 / 2010. Ensino Religioso de oferta obrigatória pela escola e matrícula facultativa para o aluno. A escola oferecerá no cômputo da carga horária, atividades para os alunos que não optarem por Ensino Religioso.

*Rita de Cássia S. da Costa*  
Diretora  
MASP: 354361-8 MG 12/01/12

*Beatriz Andrade Costa Pereira*  
Inspetora Escolar  
MASP 299823-2

Aprovado pelo Colegiado  
E. E. José Bonifácio - Poço Fundo-MG  
Data 24/03/14  
*[Assinatura]*  
Assinatura

SRE - VARGINHA  
DATA: 24/03/14  
CIENTE: *[Assinatura]*

Nesse sentido, evidencia-se que os conteúdos curriculares da Educação Básica da Escola Estadual José Bonifácio observam as seguintes diretrizes: a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática; orientação para o trabalho; promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais. Currículo da escola abrange o estudo da Língua Portuguesa e da Matemática, o conhecimento do mundo físico e natural e da realidade social e política, especialmente do Brasil. O ensino da Arte e a Educação Física constituem-se em componentes curriculares obrigatórias, nos níveis da educação básica, a intenção de promover o desenvolvimento cultural dos alunos. O ensino da História do Brasil leva em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígena, africana, asiática e europeia. Além disso, a História e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas permearão todo processo educativo de acordo com a Lei Federal nº 10.639 de 09/01/03, Lei 11645/08; Res. SEE. Nº1159/08, de 16/07/08 em especial nas áreas de Arte, de Literatura e História Brasileiras nos currículos do ensino fundamental.

Ainda, o estudo da língua estrangeira tem como objetivo desenvolver as habilidades comunicativas de falar, ouvir, ler e escrever. Assim, na parte diversificada do Currículo está incluída, obrigatoriamente, a Língua Inglesa a partir do 6º ano do Ensino Fundamental. De matrícula facultativa, o Ensino Religioso, constitui disciplina dos horários normais do Ensino Fundamental Anos iniciais e finais. Já o Ensino da Música encontra-se de acordo com a Lei Federal nº 11.769/08, de 18/08/08, integrado aos conteúdos de Arte, nos currículos do Ensino Fundamental.

É importante ainda salientar que os direitos e deveres das Crianças e dos Adolescentes, estão garantidos em conformidade com a Lei Federal nº 11.525/07, de 25/09/07 e Res. SEE Nº 1307/09, de 27/03/09, encontra-se integrado aos conteúdos de Língua Portuguesa, História e Educação Religiosa, nos currículos do ensino fundamental. O uso de drogas e dependência química, conforme reza a Lei Estadual Nº 13.411/99, de 22/12/99; o Decreto Estadual Nº 41.168, de 06/07/00 e a Resolução Conjunta SEE/SES Nº 01/01, de 23/02/01, integra os conteúdos de Ciências nos currículos do ensino fundamental. Ainda, assuntos relacionados com a higiene bucal, conforme dispõe a Lei Estadual nº 13.802/00, de 27/12/00, integram o conteúdo de Ciências do ensino fundamental.

Já a preparação básica para o trabalho e os aspectos da vida cidadã (saúde, sexualidade, educação para o trânsito e vida familiar e social) são oferecidos e articulados nas áreas de conhecimento do ensino fundamental. A educação para o consumo, de acordo com a Lei Estadual Nº 12.900/98, de 24/06/98 e a educação ambiental, conforme a Lei Federal Nº 9.795/99, de 27/04/99, como temas transversais, são trabalhados nas diversas componentes curriculares do ensino fundamental.

Embora alguns dos temas transversais, quais sejam, ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual, pluralidade cultural e trabalho e consumo sejam desenvolvidos de forma mais abrangente nas áreas referidas às ciências naturais, são igualmente trabalhados de forma contínua e integrada em todos os componentes curriculares dos currículos do ensino fundamental.

Dentre as estratégias curriculares adotadas pela instituição, destaca-se a participação no Projeto Escolas-Referência que efetivamente desenvolve as ações como: GDPEAS (Grupo de Desenvolvimento Profissional do PEAS - Educação Afetivo-Sexual), que servem de pilares para a execução do PDPI (Plano de Desenvolvimento Pedagógico Institucional), implantado a partir de 2005/2006, com o objetivo de resgatar a excelência da educação pública no Estado de MG. Assim sendo, busca-se a construção de uma proposta pedagógica em que a articulação entre os saberes locais dos sujeitos e a estruturação de projetos interdisciplinares possibilite atingir uma aprendizagem significativa.

Ressalte-se que as estratégias destinadas a melhorar o desempenho dos alunos são elaboradas a partir das indicações e recomendações presentes no PIP (Plano de Intervenção Pedagógica). Outras atividades igualmente são oferecidas como estratégias para a melhoria da qualidade da educação. A rádio "JB", o facebook da Escola, a Banda Marcial, feiras, exposições, palestras, festival de poesias, são atividades desenvolvidas pelos alunos, em parceria com a comunidade escolar. Buscando a construção de um saber teórico-prático, são ainda efetuadas visitas e atividades especiais em espaços diversificados (laboratórios), procurando articular a teoria trabalhada em sala de aula com aspectos relacionados à realidade sociocultural, que possibilitam ao educando a utilização de diferentes estratégias de aprendizagem e maior participação na comunidade.

Nesse sentido, a escola visa desenvolver a educação plena de seu educando, através de um currículo compromissado com a transformação social, possibilitando o

desenvolvimento de habilidades e competências necessárias à formação integral do educando, flexível em relação aos conceitos e ressignificação dos conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos; e também possibilitar vivências significativas; contribuir para que todos assumam seu papel no processo histórico, contemplar atividades criativas, interativas e transdisciplinares fundamentadas na ética e na preocupação com o ser humano numa ação contextualizada, promover uma educação voltada para a cooperação, integração, participação e comprometimento de todos os envolvidos neste processo. Para isso busca desenvolver projetos que garantam a dinamização do processo de modo a permitir vivenciar de forma completa, objetiva e real, a expressão, a criação e a auto descoberta, a interação e a aquisição de novos conhecimentos e competências que estimulem a curiosidade, a iniciativa, o relacionamento, a responsabilidade e o aprofundamento de estudos, tudo isso através de um currículo construído pela coletividade e que é compreendido como respostas aos anseios de uma comunidade.

#### **4.1. TEMPOS E ESPAÇOS ESCOLARES**

Em uma escola a organização do tempo é primordial. O calendário escolar é essencial para a construção da organização do currículo escolar. É necessário saber quantas horas cada professor tem para se dedicar a sua aula, quando será feriado, o período de férias, os dias letivos, as atividades extracurriculares e pedagógicas.

O professor também precisa de tempo para conhecer seus alunos, participar de formação continuada, preparar suas aulas, diários e avaliações. O estudante também precisa de tempo para estudar e se organizar.

A coletividade prevalece na elaboração do planejamento pedagógico e dos projetos escolares. Estes, de acordo com suas necessidades e características, são discutidos hora, por todos os professores nas reuniões conjuntas, hora realizadas em grupos de estudos pré-definidos (por área de ensino, série, etc.) para que só depois sejam discutidos e finalizados nas reuniões citadas acima.

O Planejamento deve ser feito por cada professor diariamente de acordo com os Conteúdos Básicos Comuns (CBC), tomando por princípio que cada aula deve ser avaliada e repensada em sua plenitude. As reuniões pedagógicas semanais

oferecem a oportunidade dos professores desenvolver o intercâmbio com outras disciplinas e também desenvolvam as ações que serão implementadas durante o bimestre, semestre e ano letivo.

A E. E. José Bonifácio tem a sua Educação Básica organizada em ciclos: Ciclo de Alfabetização com 1º Ano, 2º Ano e 3º Ano; Ciclo Complementar com 4º Ano e 5º Ano; e Anos Finais do 6º ao 9º Ano.

Em sua carga horária, o calendário consta de 200 (duzentos) dias letivos, 800 (oitocentas) horas anuais, 4 (quatro) horas aula/diária, 2 (duas) horas semanais – reunião módulo II e horas de atividades extraclasse.

Os critérios de enturmação levam em conta a idade, sendo as turmas formadas com 25 alunos nos anos iniciais e nos anos finais com uma média de 30 alunos. Esta enturmação tem como um dos princípios norteadores, salas heterogêneas, o que possibilita o desenvolvimento social, intelectual e político dos educandos, fazendo assim, valer a legalidade e a modalidade da inclusão e da educação de qualidade. Já a reenturmação ao longo do ano é realizada sempre que necessário, garantindo o sucesso do aluno.

A divisão da organização escolar em ciclos se deu em 1984, com a implementação do Ciclo Básico de Alfabetização, CBA, no Estado de São Paulo. Para compreendê-los melhor Mainardes (2007), esclarece

Pelo fato de ser a primeira experiência de organização da escola em ciclos implementada em larga escala e de ter sido bastante explorado em pesquisas oficiais acadêmicas, O Ciclo Básico de Alfabetização tornou-se uma referência para a expansão do ciclo para os demais anos do Ensino Fundamental nos anos de 1990, bem como para a incorporação dos ciclos como uma das modalidades de organização do ensino na LDB de 1996 (MAINARDES, 2007, p. 69).

A escola dispõe de excelente espaço físico o que contribui para a otimização da organização espacial da mesma. A escola crê na necessidade de se redefinir a utilização e as características físicas do espaço para atingir o sucesso do processo ensino-aprendizagem. Assim utiliza todas as dependências da escola para a realização deste processo: 1 almoxarifado; 1 Área de Serviço; 1 Biblioteca; 6 áreas de circulação interna adaptada para deficientes; 1 coletor de lixo seletivo; 1 cozinha completa; 1 depósito de material de limpeza; 1 despensa; 1 diretoria; 1 Laboratório de Ciências; 1 Laboratório de Informática; 1 Parque Infantil; 1 quadra de esportes coberta; 1 quadra de esportes descoberta; 1 refeitório; 16 salas de aula (13 com acesso para cadeirantes); 1 sala de coordenação pedagógica; 1 sala para professor;

Sala de recursos multifuncionais; 1 sala de Multimeios (Judô, Música, etc); 1 Sala Ecológica; 1 Sala Ambiental; 1 Horta Orgânica; 1 Casinha de Bonecas.

É importante fazer da organização espacial um ato pedagógico. O espaço escolar é utilizado para leitura de histórias, brincadeiras dirigidas, atividades esportivas, assistir desenhos e documentários, observações e conversas informais. O espaço dentro da sala é bem aproveitado com cantinhos de atividades diversificadas e leitura, carteiras agrupadas, uso das paredes, murais e varais.

Considera-se que o ensino deve ser uma atividade, eminentemente interpessoal, de encontros e trocas de experiências, e que, a educação afetiva deve caminhar paralelamente à educação intelectual.

Sendo assim, devemos promover a interação, enfatizando: leitura, pesquisa e o trabalho em grupo, garantindo ainda um clima propício à elevação da auto estima do aluno, favorecendo o seu sucesso na escola.

O planejamento bimestral dos conteúdos trabalhados são programados de forma contextualizada e interdisciplinar de cada série com auxílio do currículo integrado.

Atividades que a escola utiliza para complementar a prática pedagógica:

- intercâmbio cultural através de visitas às indústrias, escolas, centros culturais, supermercados...
- aulas de campo (plantio de árvores e limpeza da mata frete à escola)
- participação em campanhas contra a Dengue a AIDS, Reciclagem do lixo;
- participação em comemorações de datas cívicas;
- excursões;
- participação em gincanas culturais;
- participação em concursos regionais e municipais e estaduais;
- Olimpíadas da Língua Portuguesa, Matemática, etc.

Outro ponto que merece destaque na E. E. José Bonifácio é a Educação Integral, pois através de uma educação escolar ampliada em suas tarefas sociais e culturais, esteve presente nas propostas de diferentes correntes políticas, na trajetória histórica do nosso país.

No decorrer da última década, foi implantado o Projeto Educação em Tempo Integral, nas escolas estaduais mineiras com o objetivo de ampliar as oportunidades educativas dos alunos, visando à formação de novas habilidades e conhecimentos,

pela expansão do período de permanência diária nas atividades promovidas (na) pela escola, inclusive por meio de parcerias, a E. E. José Bonifácio proporciona a seus alunos a oportunidade de participar deste projeto. Os resultados esperados são a ampliação da oferta de educação integral, visando à formação cidadã e à melhoria dos resultados dos indicadores educacionais.

Conforme previsto no Plano Decenal de Educação de Minas Gerais, Lei nº 19.481, de 12/01/2011, a oferta de tempo integral deverá priorizar alunos (ensino fundamental e médio) que se encontram em condição de maior vulnerabilidade social, como descreve o Projeto Estratégico Educação em Tempo Integral desenvolvido pela Secretaria de Estado da educação de Minas Gerais:

“A escola, em consonância com seu projeto pedagógico e em diálogo com a comunidade, será a referência para definir quais alunos participarão das atividades. No desenvolvimento de uma proposta de educação integral não existem modelos predefinidos, mas é fundamental organizar um currículo capaz de integrar os diferentes campos do conhecimento e as diversas dimensões formadoras das crianças e jovens na contemporaneidade. A escola deve voltar-se, também, para a formação do cidadão, priorizando práticas e construindo valores que possibilitem a convivência em uma sociedade democrática sem abrir mão de seus conteúdos, mas atribuindo sentido ao que é transmitido.”

Os critérios para adesão ao projeto são o desejo da comunidade escolar, a implantação do Projeto Educação em Tempo Integral na escola e o fato da escola ter condições de (re)organizar seus espaços e buscar outros, além dos muros da escola, dentro da perspectiva da cidade educadora. Ou seja, a escola deve ser capaz de articular parcerias dentre as quais podemos destacar: poder público municipal e pessoas físicas e jurídicas) dentro e fora do seu território educativo, de forma interinstitucional.

O Projeto Educação em Tempo Integral deve ser desenvolvido, prioritariamente, por escolas e alunos em situação de vulnerabilidade: em distorção idade-ano; onde houver necessidade de correção de fluxo (redução da evasão e/ou repetência); beneficiários do Programa Bolsa Família; abuso, violência e trabalho infantil; com baixo rendimento escolar.

O Projeto Educação em Tempo Integral tem carga horária, diária, assistida pelos professores de 5h, sendo 04h10min de atividades educativas e 50min destinada ao almoço.

A inclusão tem sido a marca da educação nesta década, o grande foco das políticas públicas e ações educativas, buscando sempre o benefício da educação para todos.

Mittler (2003) destaca pontos importantes para se concretizar a inclusão:

No campo da educação, a inclusão envolve um processo de reforma e de reestruturação das escolas como um todo, com o objetivo de assegurar que todos os alunos possam ter acesso a todas as gamas de oportunidades educacionais e sociais oferecidas pela escola. Isto inclui o currículo corrente, a avaliação, os registros e os relatórios de aquisições acadêmicas dos alunos, as decisões que estão sendo tomadas sobre o agrupamento dos alunos na escola ou nas salas de aula, a pedagogia e as práticas de sala de aula, bem como a oportunidades de esporte, lazer e recreação. (MITTLER, 2003, p. 25)

Quanto à inclusão e partindo da reflexão segundo Edler Carvalho:

“A inclusão educacional é mais que a presença física, é muito mais que matricular alunos com deficiência nas salas de aula do ensino regular, é bem mais que um movimento de educação especial, pois se impõem como movimento responsável que não pode abrir mão de uma rede de ajuda e apoio aos educadores, alunos e familiares.” (CARVALHO, 2004, p.45).

A E. E. José Bonifácio possui Sala de Recursos com profissional especializada em Educação Especial, para atendimento aos alunos em dois turnos alternados (matutino/vespertino). Na Sala de Recursos o trabalho é desenvolvido de acordo com as dificuldades de cada aluno. A sala conta com computadores adaptados (teclado “colmeia”, movimentos por câmera, sons, etc.), Material Dourado, Jogos Educativos, Material Braille, entre outros instrumentos para facilitar o trabalho com alunos com algum tipo de deficiência.

A inclusão social, o respeito as diversidades são hoje um dos pré-requisitos de uma escola democrática. Além da estrutura ofertada pela SEE e pelo Governo Federal, a educação inclusiva na E. E. José Bonifácio é desenvolvida também com a colaboração da sociedade civil, da Secretaria Municipal de Educação (transporte individual quando necessário) e de ONGs (Unidos Pela Inclusão). Além do apoio da sociedade, governos e ONGs, o sucesso da inclusão escolar depende de professores cada vez mais bem capacitados e dinâmicos.

A cada ano contamos com o ingresso de mais alunos portadores de necessidades especiais. A inclusão social, o respeito às diversidades são um processo e a escola contribui para a construção de um novo tipo de sociedade através de transformações, pequenas e grandes, que fazem toda a diferença.

## 5- PROCESSOS DE DECISÃO

A escola possuindo autonomia no processo decisório, os profissionais devem participar, assumindo um compromisso com a Educação, estabelecendo metas claras e exequíveis, criando a consciência coletiva com base nos diagnósticos.

A participação dos profissionais dar-se-á através das reuniões técnico-pedagógica, Assembleias, Colegiado Escolar e Conselho de Classe.

“Tudo que a gente puder fazer no sentido de convocar os que vivem em torno da escola, e dentro da escola, no sentido de participarem, de tomarem um pouco o destino da escola na mão, também. Tudo o que a gente puder fazer nesse sentido é pouco ainda, considerando o trabalho imenso que se põe diante de nós que é o de assumir esse país democraticamente.” (FREIRE, 2002, p. 32)

Na E. E. José Bonifácio possui uma gestão democrática e participativa, sendo o convívio democrático um processo desafiador, que se constrói a cada dia, envolve toda a comunidade escolar e suas relações com o ambiente externo. E a participação nesse sentido, constitui uma das bandeiras fundamentais a serem implementadas pelos diferentes atores que constroem o cotidiano escolar.

Para uma gestão democrática é essencial a relação estabelecida entre o dirigente escolar e o grupo de efetivos da escola – professores e funcionários, superando o processo centralizado de decisão, na qual as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola, por meio de reuniões que acontecem semanalmente com duração de 2 horas.

O Colegiado Escolar, órgão de representação da comunidade educativa, conta com a participação de representantes dos diferentes segmentos da comunidade escolar, também participa das principais decisões por meio de reuniões que são realizadas mensalmente, constituindo um espaço de discussão de caráter consultivo, deliberativo, fiscalizador e mobilizador. Ou seja, a escola vê o Conselho Escolar como um grande aliado na luta pelo fortalecimento da unidade escolar e pela democratização das relações escolares.

Os pais e familiares são convidados a participar das reuniões de “pais e responsáveis” nos finais de cada bimestre letivo, assim como para todos os eventos que ocorrem na escola no decorrer do ano. Os pais e/ou responsáveis também possuem um canal de atendimento diário na escola, sejam recebidos pela própria

gestora, seja pelo vice-diretor e supervisores. Também existem os canais alternativos de comunicação que são email, telefone e até um perfil da Escola na rede social Facebook.

Parceria é uma relação de colaboração entre instituições que compartilham objetivos ou interesses comuns, e não deve basear-se apenas em laços de amizade entre pessoas da escola e da instituição, para que o acordo não se enfraqueça se os atores principais da entidade parceira forem mudados. A José Bonifácio conta com parceria tanto com órgãos públicos – Prefeitura Municipal, através de sua várias Secretarias, SRE e SEE, como empresariado e sociedade civil.

Um ponto ainda desejável é a implementação de um Grêmio Estudantil, preparando nossos jovens para a cidadania e aproximando-os das decisões tomadas na escola.

A escolha de dirigente escolar ocorre por eleição direta para diretor e vice-diretor, onde toda a comunidade escolar, compreendida de pais, estudantes, professores e funcionários votam, assim como para a formação de colegiado.

Quanto as avaliações dos serviços escolares são feitas principalmente no “Dia D” que ocorrem uma vez por ano. Os pais e/ou responsáveis respondem um questionário sobre suas observações sobre os principais aspectos pedagógicos, físicos e administrativos da instituição.

Sem dúvida, as relações envolvendo a participação dos alunos percebe-se que ainda tem sido uma das mais negligenciadas, sobretudo se considerarmos as crianças pequenas, ainda precisa ser elaboradas formas efetivas de participação de nossos alunos.

## 6- RELAÇÕES DE TRABALHO

“O poder só é efetivado quando a palavra e o ato não se divorciam, quando as palavras não são empregadas para velar intenções, mas para revelar realidades e os atos não usados para violar e destruir, mas para criar relações e realidades.”  
(Arendt, 2001, p. 212)

Na E. E. José Bonifácio prevalece sempre o diálogo, o consenso, a decisão conjunta, respeitando-se as diferenças individuais. As situações de divergências ou conflitos são resolvidos ética e democraticamente.

Cada segmento tem seus direitos e deveres previstos no Regimento Escolar e estes deverão ser observados e cumpridos por todos. Na E. E. José Bonifácio as relações de trabalho, estão calcadas nas atitudes de solidariedade, de reciprocidade e de participação coletiva, e em contraposição à organização regida pelos princípios da divisão de trabalho, da fragmentação e do controle hierárquico, este movimento, serve de verificação do confronto de interesses no interior da escola. É neste embate que se originam os conflitos, as tensões, divergências, que se conduzidos positivamente, podem fortalecer as relações, bem como o diálogo, a tolerância, a cooperação.

### 6.1- CÓDIGO DE CONVIVÊNCIA.

- Estar sempre aberto ao diálogo.
- Facilitar o fluxo de comunicação cultivando a objetividade, a clareza e a transparência; não sonogando informações que enriqueçam o grupo;
- Incentivar o intercâmbio entre colegas, desbloqueando possíveis barreiras, articulando com perspicácia todas as forças de crescimento presentes no grupo em benefício de todo.
- Promover constantemente a revisão curricular de forma participativa.
- Pensar e refletir sobre a sua ação.
- Manter o sigilo nas questões profissionais, quando necessário.
- Facilitar ação integrada com os demais serviços.

- Levar em consideração as decisões do grupo como significativas de desempenho de sua ação.
- Participar da elaboração, aprofundamento e aplicação da filosofia da escola, do regimento, da proposta pedagógica, de forma dinâmica e co-responsável.
- Estudar e seguir a legislação, percebendo sempre suas mudanças e adequando-a, segundo a realidade da escola.
- Fazer constantemente a leitura da realidade para trabalhar com base na mesma, mantendo uma atitude científica em relação ao seu trabalhar.
- Estar aberto a inovações construtivas, incentivando e apoiando mudanças significativas na escola.
- Manter-se atualizado e dinamizar o aperfeiçoamento contínuo.
- Cultivar uma postura constante de quem ensina e aprende.
- Organizar o próprio trabalho, considerando como essencial o respeito e incentivando a ética entre os educadores.
- Ser imparcial no atendimento às pessoas.
- Dignificar e valorizar a profissão exercendo-a e honrando seus compromissos com a coletividade a que serve.
- Exercer suas atividades com habilidade, mantendo em alto nível o relacionamento humano e o clima organizacional da escola.
- Intensificar o relacionamento da escola com a comunidade, realizando um trabalho integrado com os demais órgãos afins e participando intensamente das atividades gerais da escola.
- Respeitar o servidor como pessoa, auxiliando-o em seus problemas e estimulando-o a desenvolver suas habilidades.
- Aceitar sugestões, dos servidores incentivando-os a exporem e defenderem seus pontos de vista.

- Participar do conselho de classe, colaborando com iniciativas que visem criar estratégias educacionais.
- Por fim, queremos enfatizar a importância de que estes princípios sejam vivenciados de forma dinâmica, criativa e coerente para que o servidor seja realmente, na comunidade, um agente mobilizador de intercâmbio de valores; atitudes e ações favoráveis ao crescimento contínuo de todo processo político-pedagógico e educativo.

## 7- AVALIAÇÃO

### 7.1. Avaliação da Aprendizagem do Aluno

Na E.E. José Bonifácio a avaliação é entendida como um processo voltado para a formação de competências, não apenas para a mera mensuração e atribuição de notas ou conceitos, tem caráter formativo e participativo, onde os aspectos qualitativos prevalecem sobre os quantitativos.

A avaliação enfatiza o acompanhamento das etapas de aprendizagem e o percurso de desenvolvimento do aluno, antes de tudo é um compromisso com a aprendizagem. “Avaliar não é apenas medir, mas, sobretudo, sustentar o desempenho positivo dos alunos” (DEMO, 2000, p. 97).

É vista não apenas para indicar se houve ou não aprendizagem, mas também para traçar intervenções e redimensionar a prática pedagógica. Entende-se que a avaliação é um processo em que coletar, interpretar e planejar informações auxilia na tomada de decisão em sala de aula e deve articular-se com o projeto político pedagógico da escola, seus objetivos, currículo e metodologias.

A verificação do rendimento escolar é processo contínuo do qual participam todas as pessoas diretamente ligadas ao processo ensino-aprendizagem: professores, especialistas, vice-diretora, diretora, pais e alunos.

Nesse contexto, a aplicação de atividades avaliativas, testes ou provas e atribuição de notas incluem a análise, o mapeamento dos resultados e a definição de estratégias de intervenção, pois pretende uma avaliação em que os aspectos qualitativos sejam observados com relevância.

“A avaliação, se for bem feita, deve nos apontar onde está o problema (dificuldade, limite, necessidade). O que desejamos é que através da avaliação possamos romper as camadas que tornam opacas, obscuras, a real problemática que vivemos na educação; que possamos ver além das aparências, das justificativas ideológicas, dos mascaramentos, e dos desvios da atenção” (VASCONCELLOS, 2009, p. 177).

Os instrumentos de avaliação são discutidos, de modo que a observação direta e contínua permeie a avaliação do professor em relação ao aluno, em conformidade com o Art. 24, Inciso V da LDB (1996), que reza uma “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”.

Na avaliação da aprendizagem, a Escola utiliza procedimentos, recursos e instrumentos diversos, tais como trabalhos diversificados e orientados pelo professor, avaliações dissertativas, avaliações objetivas, questões dissertativas, exercícios variados, produções textuais, teatro, debates, trabalhos em grupo e individuais, entrevistas, questionários, observação do desempenho do aluno, autoavaliação, portfólio, etc. Esses métodos avaliativos revelam o esforço conjunto entre os docentes e equipe gestora para oferecer um ensino de qualidade.

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, as observações, as fichas descritivas e as atividades desenvolvidas pelo aluno ao longo das etapas, são registradas no diário de classe dos professores. Nos anos finais a pontuação é disposta em 25 (vinte e cinco) pontos em cada uma das quatro etapas letivas, totalizando 100 (cem) pontos, registrados também no diário de classe.

Além disso, monitorias, estudos contínuos e periódicos de recuperação, reagrupamentos de alunos, indicação de profissionais para apoio aos alunos que requerem atendimento diferenciado e assistência direta na sala de aula ou extraclasse, individualmente ou em grupos, são algumas das ações que visam otimizar as situações de aprendizagem.

Vale destacar a participação da escola nas avaliações externas em larga escala, por meio de testes padronizados, dentre as quais as do Sistema Mineiro de Avaliação da Educação Pública – SIMAVE que envolve o PROEB – Programa de Avaliação da Rede Pública de Educação Básica, que tem por objetivo avaliar as escolas da rede pública, no que concerne às habilidades e competências desenvolvidas em Língua Portuguesa e Matemática, aplicado nos alunos de 5º e 9º ano; e o PROALFA – Programa de Avaliação da Alfabetização que verifica os níveis de alfabetização alcançados pelos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental, da rede pública, sendo censitária no 3º ano. Além do PAAE (Programa de Avaliação da Aprendizagem Escolar), Provinha Brasil para 2º e 3º anos, Prova Brasil em Língua Portuguesa e Matemática para turmas de 5º e 9º ano, fornecendo indicadores importantes para a escola e promovendo a responsabilização coletiva.

Anualmente, a direção, o corpo docente e os especialistas se reúnem para analisar os resultados das avaliações internas e externas, e elaborar o PIP (Programa de Intervenção Pedagógica) com a intenção de aprofundar a compreensão e apropriação dos resultados das avaliações para a definição de estratégias destinadas a melhoria do desempenho dos alunos e da prática

pedagógica na escola. Dentre as estratégias do PIP para melhoria dos resultados e da aprendizagem dos alunos, podemos citar: análise e apropriação dos resultados das avaliações externas pela equipe escolar; aplicação de avaliações diagnósticas nos alunos do 1º ao 5º ano com mapeamento dos resultados, reforço escolar, planejamento da intervenção pedagógica; projeto de alfabetização; projetos de incentivo ao hábito de leitura; aquisição de recursos pedagógicos; participação das famílias nos eventos e reuniões.

As avaliações permitem verificar a dimensão da produção do conhecimento e a eficácia do trabalho docente, permitindo corrigir e rever ações em busca da adequação necessária às características e necessidades dos alunos. Atentos à inclusão do aluno, as avaliações são redimensionadas a partir das discussões efetuadas durante reuniões pedagógicas, de acordo com os registros de acompanhamento dos alunos no processo de construção do conhecimento e suas características individuais.

“O ato de avaliar, por sua constituição mesma, não se destina a um julgamento “definitivo” sobre alguma coisa, pessoa ou situação, pois que não é um ato seletivo. A avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se à melhoria do ciclo de vida. Deste modo, por si só, é um ato amoroso” (LUCKESI, 2002, p. 180).

Em relação à promoção, a progressão continuada dentro dos Ciclos da Alfabetização e Complementar deve estar apoiada em estratégias de atendimento diferenciado, para garantir a efetiva aprendizagem dos alunos. Ao final de cada ano, a equipe pedagógica da escola deve proceder ao agrupamento dos alunos que não conseguiram consolidar as capacidades previstas para que seu atendimento diferenciado aconteça, pelo tempo que for necessário. Vencidas as dificuldades, os alunos são integrados às turmas correspondentes à idade/ano de escolaridade.

Após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe, é considerado aprovado o aluno de 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental com aproveitamento final igual ou superior a 60 (sessenta) pontos, e 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão.

Ao aluno em progressão parcial deverão ser assegurados os estudos orientados, conforme Plano de Intervenção Pedagógica elaborado, conjuntamente, pelos professores do(s) Componente(s) Curricular(es) do ano anterior e do ano em curso.

Quanto à retenção de alunos, poderá ficar retido, após o ano, o aluno do Ensino Fundamental – Anos Finais e Ensino Médio com média final inferior a 60 (sessenta) pontos em quatro ou mais conteúdos, incluindo-se nesse cômputo, as disciplinas do ano em que se encontra e aquelas em regime de progressão parcial, depois de esgotadas todas as estratégias de recuperação previstas pela escola em sua Proposta Político Pedagógica e após a análise criteriosa do desempenho dos alunos, caso a caso, pelo Conselho de Classe.

Também poderá ser retido o aluno com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária geral de todos os conteúdos no período relativo ao ano em questão, depois de oferecidas as estratégias de estudos de recuperação.

Os alunos com frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento), porém com desempenho satisfatório, devem ser submetidos ao processo de reclassificação, cabendo à comissão de avaliação, a execução e registro desse processo em livro próprio.

A Escola poderá proceder a classificação do aluno para posicioná-lo no ano por transferência de outras escolas situadas no país ou no exterior; por promoção na própria escola e avaliação independente da escolarização anterior. A classificação tem o objetivo de ajustar o aluno de acordo com suas experiências e nível de desempenho.

A Escola procederá a reclassificação do aluno para adaptá-lo e/ou reposicioná-lo no ano, de acordo com a idade, experiência e nível de desempenho, no sentido de reforçar a autoestima positiva, o gosto pelos estudos e pela escola. A reclassificação pode ser feita quando ocorrer por avanço, aceleração, transferência, indicando uma posição do aluno que será modificada na escola de destino e déficit de frequência.

Somente o aluno que no final do ano letivo obtiver aproveitamento satisfatório em todas as disciplinas poderá ser submetido à reclassificação por frequência, sendo avaliado em todas as disciplinas que constam da matriz curricular.

A decisão de reclassificação deve decorrer da manifestação de uma comissão presidida pela Direção da Escola e que tenha representantes docentes do curso ou nível no qual o aluno deva ser reclassificado. Os documentos que fundamentam a classificação ou reclassificação de cada aluno são arquivados na escola.

Em suma, a E.E. José Bonifácio, valida sua prática pedagógica, avaliando, investigando e propondo intervenções eficazes, tendo em vista a melhor educação para todos.

“É a prática pedagógica que é bem sucedida, não a avaliação em si e por si. A avaliação, como investigação da qualidade da realidade (diagnóstico), simplesmente é a parceira que nos revela a qualidade dos resultados de nossa ação” (LUCKESI, 2014).

## **7.2. Avaliação Institucional**

A avaliação da instituição deve ser feita pela comunidade à qual está inserida, coletando e refletindo sobre dados qualitativos e quantitativos que abrangem a estrutura e clima organizacional, gestão, PPP, rendimento escolar, alunos, professores, recursos físicos, materiais e informacionais, ações desenvolvidas e desempenho dos profissionais, visando a tomada de decisão e à qualidade da instituição e da educação por ela oferecida.

Nesse sentido, o Colegiado Escolar é consultado periodicamente sobre as questões de ordem financeira, pedagógica e administrativa, refletindo e avaliando todas as dimensões do processo educativo, propondo melhorias.

Bimestralmente ocorrem reuniões em que os pais são informados sobre os resultados da escola, o desempenho dos alunos, refletindo e sugerindo estratégias para o sucesso escolar dos alunos. Anualmente acontece o “Dia D – Toda a Comunidade participando” no qual a comunidade escolar é informada sobre os resultados das avaliações externas e construção do Plano de Intervenção Pedagógica.

A escola também realiza bimestralmente as reuniões de Conselho de Classe/Ciclo para discutir e analisar os resultados, fatores internos e externos que interferem na aprendizagem do aluno e descobrir alternativas que possam sanar dificuldades. Os pais são chamados para discutir ações e práticas escolares, o andamento e aproveitamento de cada aluno, num momento de trocas de experiências, vivências e apresentação das atividades do período.

Os alunos também participam da avaliação institucional por meio de entrevistas e questionários, suas opiniões são levadas em conta no processo tomada de decisão.

Anualmente os servidores efetivos são submetidos ao processo de avaliação de desempenho individual, de acordo com a legislação estadual, envolvendo os critérios de desenvolvimento profissional, relacionamento interpessoal, compromissos profissional e institucional e habilidades técnicas e profissionais, metas e ações para o período.

A avaliação institucional ocorre periodicamente pelos servidores, destacando pontos fortes, fragilidades, desafios, metas, compromissos e responsabilização. Dentre os aspectos abordados podemos citar: a aprendizagem do aluno, sua individualidade e ritmo; relações com a comunidade, desenvolvimento de um trabalho conjunto e integrado, parcerias com outros setores e outras instituições; elaboração e implementação de projetos; desempenho profissional: motivação, eficiência e qualidade do trabalho; desempenho administrativo: seriedade, compromisso, qualidade, gestão democrática e participativa, transparência; alimentação oferecida, levando-se em consideração o valor nutricional e a satisfação das crianças em suas necessidades; acesso, permanência e o percurso escolar do aluno; outros aspectos julgados oportunos, ao longo do ano.

Assim, podemos dizer que a avaliação institucional contribui para a melhoria da qualidade da educação oferecida, na medida em que favorece o aprimoramento profissional, o trabalho coletivo, o desenvolvimento institucional, sua eficácia e efetividade.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As reflexões acerca do Projeto Político Pedagógico da Escola Estadual José Bonifácio, nos faz levantar indagações sobre a importância que o Projeto Político Pedagógico assume enquanto instrumento essencial na mediação entre os objetivos que a escola deseja alcançar e a realidade atendida, ou seja, as reais necessidades dos alunos, perpassando por questões como: envolvimento dos diversos segmentos da escola de forma efetiva, políticas públicas educacionais e direitos educacionais.

Fica evidente, através do trabalho realizado que uma escola que pretende educar para a contemporaneidade, para as novas demandas da sociedade, precisa modificar e transformar o tempo todo, trazendo para o processo educativo a relação de interação com o diferente de forma a criar um processo de gestão democrática, no qual todos podem participar.

O presente Projeto Político Pedagógico, que ora foi desenvolvido e apresentado, é coerente com a realidade discutida na medida em que propõe práticas pedagógicas e políticas diversificadas, evidenciando as relações, contextos e propostas.

Contudo, percebe-se, através de sua construção que há uma grande necessidade de melhoria nas questões relacionadas ao envolvimento da família na escola, que por vezes somente comparecem quando convocadas, além da real necessidade de criar práticas que promovam uma maior autonomia dos alunos. A escola precisa aprender a "ouvir" mais os alunos, pois muitas decisões que são referentes a eles acabam sendo tomadas nas reuniões pedagógicas, somente pelo corpo docente, ou então diretamente pela equipe gestora. Além de questões que precisam ser reforçadas como: a formação continuada dos professores, o processo de Ensino e Avaliação, o que evidencia que há necessidade de uma intervenção na relação da gestão democrática e participação do aluno, pois embora o processo de participação já tenha começado a existir na escola, ainda há um longo caminho a se percorrer. É necessário um fortalecimento das relações pessoais, da formação continuada em serviço, dos aspectos motivacionais do corpo docente, que em virtude de políticas educacionais, sentem-se desvalorizados.

Outra questão que merece ser suscitada é a avaliação e os resultados educacionais, ensinar, aprender e avaliar são processos indissociáveis. Percebe-se

que há uma preocupação da E.E. José Bonifácio em oferecer uma educação de qualidade, que os resultados são satisfatórios e que as metas são perseguidas.

No entanto, o que se percebe de maneira geral é que as escolas estão mais focadas nos resultados de testes padronizados e na concepção das avaliações externas, do que no processo de aprendizagem, na prática da avaliação diagnóstica e emancipatória, do que voltadas para o desempenho escolar e para o aperfeiçoamento constante da prática pedagógica. Há uma pressão política e social por notas mais altas que se confunde com qualidade, cobrando da escola que melhore suas médias nas avaliações externas sem levar em conta os intervenientes e a garantia dos insumos necessários e as demais dimensões como o ambiente educacional, sua prática pedagógica, as expectativas de aprendizagem, a autoavaliação, a gestão escolar, a organização do trabalho, a formação e condições de trabalho dos profissionais da educação, sua infraestrutura, o sucesso e permanência do aluno.

Há que se vislumbrar uma perspectiva de avaliação mais equilibrada entre as avaliações internas, aquelas que verdadeiramente podem ajudar os alunos a aprender, e as avaliações externas e seus indicadores. Um ensino de qualidade deve priorizar formas eficazes de se proceder à avaliação do processo escolar que avaliem não apenas o rendimento do aluno, mas o processo escolar como um todo.

Embora as questões levantadas se configurem como grandes desafios é possível afirmar que através da reestruturação do Projeto Político Pedagógico e sua implementação na prática, podem-se alcançar bons resultados e uma educação de qualidade para todos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, Mônica. **Colegiado Escolar: espaço de participação da comunidade**. São Paulo: Cortez, 2003.

ALTHUSSER L Freud e Lacan, Marx e Freud. 2.ed. Rio de Janeiro: Graal, 1983. **Ideologia e aparelhos ideológicos de estado**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

ARENDT, H. **A Condição Humana**. Rio de Janeiro: Forense Univesitária, 2001.

BRASIL. **LDB: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. – 6. Ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 (nove) anos**. Resolução nº 7, de 14 de dezembro de 2010. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007\\_10.pdf](http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb007_10.pdf). Acesso em 13 de jul. 2014.

CURY, C. R. J. **O direito à Educação: um campo de atuação do gestor educacional na escola**. Disponível em: [http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O\\_DIREITO\\_A\\_EDUCACAO\\_-\\_Carlos\\_Roberto\\_Jamil\\_Cury\\_1\\_%20\(1\).pdf](http://moodle3.mec.gov.br/ufmg/file:///C:/Users/CLIENTE/Downloads/O_DIREITO_A_EDUCACAO_-_Carlos_Roberto_Jamil_Cury_1_%20(1).pdf). Acesso em: 13 jul. 2014.

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. Campinas: Autores Associados, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed., São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GADOTTI, Moacir. Salto para o Futuro: **Construindo a escola cidadã, projeto político-pedagógico**. Secretaria de Educação a Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. Goiânia: Editora Alternativa, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem, compreensão e conhecimento**. Disponível em: <http://luckesi.blog.terra.com.br/>. Acesso em: 30. Jul. 2014.

LUCKESI, Cipriano. **Avaliação da aprendizagem escolar**. - 13 ed. - São Paulo: Cortez, 2002.

MAINARDES, Jefferson. **Reinterpretando os Ciclos de Aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 2007.

MITTLER, Peter. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa e SILVA, Tomaz Tadeu da. (Orgs.). **Currículo, Cultura e Sociedade**. 4º ed. São Paulo: Cortez, 2000.

POÇO FUNDO. **Projeto Político Pedagógico**. Escola Estadual José Bonifácio. Poço Fundo/MG, 2014.

VASCONCELLOS, Celso dos S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico**. Coleção Cadernos Pedagógicos do Libertad – Câmara Brasileira do Livro – SP, 2009.

SACRISTAN, Gimeno. **O Currículo, uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Editora Artmed, 2000.

SEE/MG, **Projeto Estratégico em Tempo Integral – 2013**. Disponível em: [http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA\\_CRV/banco\\_objetos\\_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D\\_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral\(1\).pdf](http://crv.educacao.mg.gov.br/SISTEMA_CRV/banco_objetos_crv/%7B4D8AC33E-AEE5-495E-A750-97F103880572%7D_2013%20Diretrizes%20para%20implantação%20do%20projeto%20Educação%20em%20Tempo%20Integral(1).pdf). Acesso em: 28.Ago.2014

## ANEXO I – Calendário Escolar

CALENDÁRIO ESCOLAR 2014 – E.E. JOSÉ BONIFÁCIO – POÇO FUNDO																											
JANEIRO							FEVEREIRO - 20dias							MARÇO - 18dias							ABRIL - 20dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3	4							1							1			1	2	3	4	5
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8	6	7	8	9	10	11	12
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15	13	14	15	16	17	18	19
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22	20	21	22	23	24	25	26
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29	27	28	29	30			
														30	31												
MAIO - 21dias							JUNHO - 9dias							JULHO - 14dias							AGOSTO - 21dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
			1	2	3		1	2	3	4	5	6	7			1	2	3	4	5						1	2
4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14	6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9
11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21	13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16
18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28	20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23
25	26	27	28	29	30	31	29	30						27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30
																					31						
SETEMBRO - 23dias							OUTUBRO - 19dias							NOVEMBRO - 20dias							DEZEMBRO - 15dias						
D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S	D	S	T	Q	Q	S	S
	1	2	3	4	5	6				1	2	3	4							1		1	2	3	4	5	6
7	8	9	10	11	12	13	5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13
14	15	16	17	18	19	20	12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18	19	20
21	22	23	24	25	26	27	19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
28	29	30					26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31			
														30													

Férias escolares: janeiro  
 Início do ano letivo: 03de fevereiro  
 Término do ano letivo: 19 de dezembro  
 02(dois) dias escolares: 22 e 23de dezembro

Sábado letivo Recessos Escolares Comuns:

03e05demarço(*recesso Carnaval*)  
 17de abril(*recesso Paixão de Cristo*)  
 02 de maio (*recessodia do Trabalho*)  
 12, 13, 16a18, 20,23 a 27 e 30 de junho, 01 a 04 e 07 a 11 de julho(*recesso junho e julho*)  
 13, 14, 15, 16 e 17 de outubro  
 24, 26,29 a 31de dezembro(*recesso final de ano*)

Feriados e Dias Santos

01de janeiro (*Confraternização Universal*)  
 04demarço(*Carnaval*)  
 18de abril (*Paixão de Cristo*)  
 21de abril (*Tiradentes*)  
 01de maio (*Dia do Trabalho*)  
 19de junho (*Corpus Christi*)  
 07desetembro (*Independência do Brasil*)  
 12de outubro(*Nossa Sra. Aparecida*)  
 02de novembro (*Finados*)  
 15de novembro (*Proclamação da República*)  
 25de dezembro(*Natal*)

